

OS QUATRO CONCURSOS AUTORIZADOS

Órgão	Vagas	Cargo (nível)	Portaria MGI	Edital até	Salário inicial
Banco Central do Brasil (BC)	170	auditor e procurador (superior); técnico (médio)	5.508, de 3/7	3/1/2027	auditor R\$ 20 mil; procurador R\$ 27.264,30; técnico R\$ 8.300
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB)	146	analista-tributário e auditor-fiscal (superior)	5.505, de 3/7	3/1/2027	auditor R\$ 22.921,71; analista R\$ 12.735,99
Controladoria-Geral da União (CGU)	60	auditor federal de finanças e controle (superior)	5.093, de 22/6	dezembro	R\$ 20 mil
Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)	50	especialista em regulação de proteção de dados (superior)	5.092, de 22/6	dezembro	R\$ 17.726,42

Todos com edital obrigatório em até seis meses e reserva de vagas para pessoas negras, com deficiência, indígenas e quilombolas. Nenhum definiu a banca. Subsídios de Banco Central, CGU e ANPD conforme a Lei nº 15.141 (valores em vigor desde abril de 2026); na Receita, vencimento inicial sem o bônus de eficiência, pago integralmente só após 36 meses no cargo.

O QUE ESPERA NA FILA

Órgão	Vagas pedidas
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	10.000
Ministério da Saúde	7.027
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	900
Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)	720
Polícia Rodoviária Federal (PRF)	533
Agência Brasileira de Inteligência (Abin)	301
Agência Nacional de Aviação Civil (Anac)	169
Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	120
Superintendência de Seguros Privados (Susep)	70
Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)	57
AUTORIZADO EM 2026	426

Principais pedidos em análise para o Orçamento de 2027, sem prazo de decisão. Somados aos de outros órgãos, os pedidos superam 20 mil vagas.

Fonte: painel de concursos do Ministério da Gestão (MGI) e dados dos órgãos.

AUTORIZADO

O governo liberou o concurso e o órgão tem seis meses para publicar o edital. Não há inscrição aberta.

EM ANÁLISE

O órgão solicitou, mas o governo ainda não decidiu. Pode ser aprovado, reduzido ou negado.

NOMEADO

A última etapa. Depende de nova autorização do governo, condicionada ao orçamento vigente na data.



Valdo Virgo/CB/D.A Press

neste ano. E, mesmo aprovado, o candidato depende de nova autorização do MGI para ser nomeado, condicionada ao orçamento: passar não garante ser chamado.

O tamanho da espera consta nos números do próprio governo. Pelo painel de provimentos do ministério, entre a autorização de um concurso e a autorização para nomear os aprovados passam, em média, 1 ano, 5 meses e 9 dias. Na Agência Brasileira de Inteligência (Abin), 4 anos, 1 mês e 25 dias. Um concurso autorizado neste mês, por essa média, só chega à fase de nomeação no fim de 2027.

É nessa fila que vive Raquel Araújo Serpa, de 42 anos, mãe de uma menina de 6 anos. Aprovada em cadastro reserva no concurso do Superior Tribunal Militar (STM), aguarda a nomeação e concilia o trabalho integral com os estudos. “Estudo de ma-

drugada, no horário de almoço e à noite”, conta.

Segundo o MGI, quem fica no cadastro reserva tem apenas expectativa: a convocação é decisão da administração, condicionada ao orçamento. Raquel sabe disso. “Só é hora de parar quando tomar posse”, resume.

O limite e a lei

A justificativa oficial para a fila é o limite fiscal. Em resposta ao **Correio**, o MGI afirma que mantém “o compromisso de atuar para a recomposição da força de trabalho da Administração Pública Federal, sempre em observância à legislação vigente e à disponibilidade orçamentária”.

A Lei Orçamentária de 2026, sancionada em janeiro, fixa o teto desse gasto, o que é diferente de autorizar concurso: ela diz quan-

to o governo pode gastar com pessoal no ano, não quais editais saem. Desse teto, que prevê 79,8 mil provimentos no Executivo, 36,9 mil — quase metade — são gratificações destinadas a servidores em atividade, e não vagas de concurso novo, segundo o ministério.

Em 31 de março, quatro meses antes de o pedido do INSS ficar sem resposta, foi sancionada a Lei nº 15.367, que reestrutura carreiras de mais de 200 mil servidores e cria 24 mil cargos, a maior parte na educação. Custo estimado: R\$ 5,3 bilhões em 2026 e R\$ 5,6 bilhões em 2027 e 2028.

“Prioridades”

Para o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), que reúne auditores, diplomatas e gestores, o problema não é só de cai-

xa. “Há limitações fiscais, mas também há escolhas políticas. O orçamento expressa prioridades”, afirma a entidade ao **Correio**. O fórum sustenta que a defasagem supera 100 mil postos. O Executivo tem hoje 564,7 mil servidores ativos, segundo o painel do MGI.

O governo não contesta a escassez. Em entrevista ao Canal-Gov, em 2 de abril, a ministra da Gestão, Esther Dweck, afirmou que, entre 2016 e 2022, houve saída líquida de mais de 70 mil servidores. “Estamos muito longe de ter uma máquina inchada. Ao contrário”, disse. A resposta do ministério é o que autorizou desde 2023: 16.590 vagas em 86 órgãos. No mesmo período, foram 62.900 contratações temporárias, a maior parte no IBGE. Reconhece a falta, portanto, e, ainda assim, a fila não anda.

Quem ainda espera

Bianca da Silva Borges, 26 anos, estuda há dois anos para a CGU. Em junho, o concurso foi autorizado, e ela soube pela imprensa, no trabalho. O alívio durou pouco: a Controladoria havia pedido 500 vagas, e ela vai disputar 60. “A gente espera muitas vagas e vem metade, ou até menos”, diz.

Joana continua estudando para um concurso que ainda não foi autorizado. Raquel continua estudando de madrugada, à espera de uma nomeação que depende do orçamento. Bianca vai disputar 60 vagas.

As três esperam a mesma resposta: que o governo diga quando.

****Nome fictício.**

***Estagiário sob a supervisão de Ana Sá**